

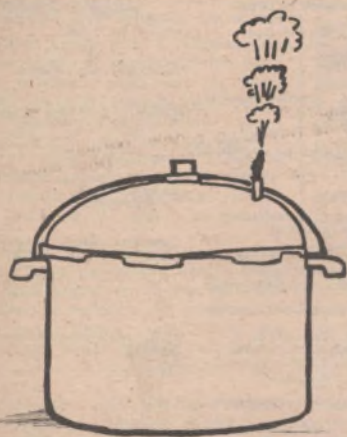
Revolução



GALVÃO DE MELO o discurso do Fascismo



SOARES NA CEE 10 anos à espera da Europa



LUTA DE TRABALHADORES

- Bombarato
- Marconi
- CTT
- Construção Civil

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

CONSTRUÇÃO CIVIL CACIQUES DO PATRONATO TENTAM DESMOBILIZAR OS TRABALHADORES

Recebemos dum camarada da Construção Civil, membro da CT da Firma SEOP — Pontes de Agueira, Santa Comba Dão, a seguinte carta sobre a luta que o seu sector tem vindo a desenvolver:

Como é do conhecimento geral o sector da Construção Civil, quinta-feira 3 de Março de 77, entrou em luta com a paralisação de trabalho com os seguintes objectivos:

Contra a sabotagem patronal ao Contrato; pela imediata entrada em vigor das tabelas salariais; pela negociação do clausulado com o patronato; contra os despedimentos.

Nas Pontes de Agueira, firma SEOP, Santa Comba Dão, os trabalhadores consciencializando-se também aderiram à forma de luta.

Mas alguns senhores encarregados de secção, agora conhecidos por caciques da entidade patronal, tudo faziam para conseguir desmobilizar os trabalhadores da luta, o que não chegou a acontecer. Esses senhores de tanto rabiar e nada conseguirem para aterrorizar os trabalhadores, um se-

nhor chefe chegou a andar com o Ministério do Trabalho na boca, dizendo que precisava de saber quem ia fazer greve e quem não ia, porque o Ministério do Trabalho e a entidade patronal precisavam de o saber.

Os cães de caça do patronato não conseguiram a desmobilização.

Nesta obra, Pontes de Agueira, os metalúrgicos também se mantiveram nos seus postos de trabalho, paralisando solidariamente. Visto que também serão beneficiados pelo CCTV da Construção Civil. Mas também houve quem não gostasse do procedimento dos metalúrgicos, dizendo que não era nada com eles.

Os senhores chefes que não se esqueçam de afiar os dentes para que, se amanhã houver novas formas de luta, eles estejam prontos a cortar o mal pela raiz, com liberdade e segurança!

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA-BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral	110\$00	Pagamento
	Anual	220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral	400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual	800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315750/315785

MATOSINHOS — Rua Cond. de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 2100337

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Alreixo n.º 142
Tel. 24149

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512807

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — E. de Paço de Arcos, lote 16, loja. T. 2945096

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10
2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2026745

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca — 66132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C

LOULE — Av. José da Costa Meia, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio 24735

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658

MONCHIQUE — Estrada de Foia, 9, Monchique.

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

SOARES NA CEE

10 anos à espera da Europa

Mário Soares completou na passada segunda-feira o seu percurso pela Europa, onde mendigou de capital em capital um lugar no Mercado Comum.

Para convencer o governo francês, dos mais renitentes quanto à integração de Portugal, Soares fez, em Paris, declarações anticomunistas e proclamações aos trabalhadores portugueses, ao mesmo tempo que mostrou o seu mais vivo desprezo pelos emigrantes que, segundo ele, «não representam nada».

Em França conseguiu apenas a garantia de que o Governo não prejudicaria o processo de adesão.

Noutros países foi mais apoiado, e regressa exuberante: serão necessários apenas 10 anos de sacrifícios para os trabalhadores...

veio pôr em causa o «realismo» do Plano para 77 que Soares fez passar na A.R. e que estimava em 16 por cento o aumento (em escudos) das exportações em 1976. Esse aumento segundo o relatório, não passou dos 11 por cento, mas, tendo em conta a desvalorização «deslizante» sofrida pelo escudo durante todo esse ano a qual ultrapassou os 15 por cento, vemos que, em termos de divisas entradas no Banco de Portugal, as exportações não aumentaram, antes pelo contrário diminuíram.

Por outro lado, as despesas com as importações subiram cerca de 30 por cento, e, em termos globais, verificou-se que as exportações cobriram apenas 40 por cento das importações.

É para fazer diminuir este «déficit» comercial que continua a crescer, que Soares lança mão das chamadas «medidas de austeridade». Porém, as medidas mais graves estão para vir: para satisfazer as condições dos seus tutores da CEE, o Governo português vai tentar levar à prática medidas que, genericamente, consistem em incentivar a produção não do que os portugueses precisam, mas sim do que é



Giscard d'Estaing: complacência para com Soares

tações tenham significativamente aumentado; é de perguntar qual a mercadoria que interessa aos patrões europeus. Trata-se precisamente da mão-de-obra. Pela redução dos salários reais dos trabalhadores, pela abertura de todas as facilidades aos capitalistas, pela repressão, Soares quer recriar o que, antes do 25 de Abril, tanto interessava ao capitalista internacional: a mão de obra barata e «disciplinada».

OS EMIGRANTES

Um factor considerado importante por Soares para o equilíbrio da balança de pagamentos é o aumento das remessas dos emigrantes que adviria da desvalorização do escudo.

Contudo, os emigrantes começam a sentir-se fartos de servirem como «massa eleitoral» e fonte de divisas e querem ser ouvidos nas suas reivindicações.

Soares inaugurou em Paris durante a manhã de segunda-feira, novos Serviços de Programação e Apoio à Emigração, para o que convidou os emigrantes que, por ser dia normal de trabalho, se encontravam nas respectivas fábricas. 28 Associações de emigrantes pretenderam entregar a Soares uma moção de protesto contra tal facto e também contra a transformação do contacto directo que representantes destas Associações deveriam ter com o Primeiro-Ministro em contacto indirecto, a realizar através da Televisão.

Os emigrantes ocuparam as antigas instalações da delegação da Secretaria de Estado da Emigração em Paris, desde as 10 até às 22 horas, quando foi decidido de novo realizar-se o encontro. Porém, quando chegaram ao hotel onde se encontrava Soares foram reprimidos pela polícia de choque; só dez elementos se avistaram com Mário Soares que, num salão repleto de polícias, «arrancando das mãos da delegação a moção, recusou-se a ouvi-la ler e fez saber que não tinha tempo a perder para discutir com gente que não representava nada, que o carnaval já tinha terminado e que ia dar instruções ao embaixador para também não perder tempo com as associações», factos que são denunciados num comunicado emitido posteriormente pela delegação dos emigrantes.



10 ANOS DE ESPERA

Soares conta com a resposta da CEE ao pedido de adesão que formulará dentro de um mês para por volta de 1980; se essa resposta for afirmativa, serão necessários mais alguns anos para que a economia portuguesa se nivele pela europeia; só então se processaria a adesão. Ou seja, segundo os cálculos mais optimistas, decorrerão 10 anos até que a integração se dê.

Durante esse tempo, e para apoiar a reconstrução capitalista, os ministros da CEE reconhecem a necessidade da injeção massiva de capitais de modo a não deixar cair Portugal na bancarrota, desde que os trabalhadores «tenham entrado na ordem», naturalmente.

Porém, se a nível interno as movimentações de trabalhadores têm mostrado que estes não entram assim tão facilmente «na ordem», a nível externo, o agravamento da crise capitalista na Europa é de molde a fazer-nos duvidar da viabilidade de tais «ajudas».

O DEFICIT COMERCIAL

Um recente relatório da O.C.D.E.

SOARES AO "QUOTIDIEN DE PARIS"

Numa entrevista a este jornal, Soares aumentou de tom nas calúnias que tem lançado aos trabalhadores portugueses, nomeadamente acusando as U.C.P.s (que estariam dirigidas por «novos patrões vindos a maior parte das vezes do estrangeiro») de serem ainda piores que os latifundiários que «conheciam as pessoas e sabiam o que era a agricultura». E sintetizou o plano agrário do Governo de forma concisa: «está a estabelecer a ordem, a desmembrar as U.C.P.'s em cooperativas». Quanto à Intersindical, Soares prometeu combatê-la administrativamente, «com leis».

É esta a «via para o Socialismo» escolhida por Soares, ou, mais propriamente, pelas capitais do imperialismo onde se situam neste momento os centros de decisão sobre a economia portuguesa.

susceptível de ter aceitação nos mercados da CEE. Ou seja, o plano de Soares é pôr as fábricas, os campos e os braços dos trabalhadores portugueses ao serviço das necessidades dos governos do Mercado Comum. Não nos admiramos de ver o «slogan» «temos que viver com aquilo que temos» levado à prática sob a fórmula «temos que viver com o que a CEE regeita»...

Se tivermos em conta que a maior parte dos produtos agrícolas produzidos em Portugal são mais caros que os produzidos nesses países; que, quanto à produção industrial, os artigos fabricados em Portugal dispõem de facilidades aduaneiras quase totais, sem que, contudo, as expor-

DEBATES

A organização local da zona da Tabaqueira do PRP vai levar a efeito na próxima sexta-feira dia 18 no Centro Cultural do Bairro da Tabaqueira uma sessão de esclarecimento com debate sobre os seguintes temas:

- A actual situação política
- A Unidade
- O 25 de Abril de 1977

Também o Comité de Alcântara do PRP vai realizar na sexta-feira dia 25 de Março às 2 e 30 no Centro de Cultura Popular de Alcântara na rua 1.ª de Maio um debate.

e a actualidade nacional

GALVÃO DE MELO

— O DISCURSO DO FASCISMO



Galvão de Melo na AR volta a atacar a descolonização

Galvão de Melo voltou a falar na Assembleia da República. Mais uma vez a mira do fascismo assenta nos militares do 25 de Abril e Galvão de Melo «bota» mais um dos seus discursos.

E que faz o poder? Vai-se preparando para submeter esses mesmos militares a um conselho superior de disciplina! Onde começa e onde acaba o fascismo?

Galvão de Melo, já o sabemos há muito, não age sózinho. O fascismo fala pela boca dele. Mas não falará ele também pela boca do fascismo? O recente comício de retornados em que Galvão de Melo esteve presente demonstra-o bem.

Essa é, aliás, uma base de apoio com que o fascismo conta. Talvez a sua base mais importante e numerosa. Os motivos são os mais variados e evidentes para todos, mas até que ponto o fascismo consegue mobilizar

res de pessoas. Muitos, dos presentes não tenhamos dúvidas, nunca saíram de Portugal, mas mesmo assim o número é perfeitamente insignificante comparado com a quantidade de retornados existentes. O que, na verdade, desmistifica um pouco a tão propalada versão de que os retornados são todos eles reaccionários.

Sem dúvida que Galvão de Melo tinha nessa sessão a assistência que lhe convinha, seleccionada. As intervenções feitas foram de modo a criar

ou «refugiados» como se autodenominam. Estranha «sessão de esclarecimento»!...

Mas o auge da «festa» estava reservado para Galvão de Melo. Este, mais uma vez, disse aquilo que Salazar se estivesse vivo não desdenharia dizer. Ou seja, que o fascismo e a PIDE é que eram bons porque defendiam o «povo», logo a culpa de tudo é do 25 de Abril, e de quem o fez.

A descolonização foi novamente atacada e os povos das ex-colónias portuguesas viram despejada sobre si toda a raiva colonialista deste reaccionário.

O FASCISMO AVANÇA...

Alguns dias depois do comício fascista do Coliseu, Galvão de Melo este-

mada «oposição civilizada». O que, evidentemente, não invalida que seus elementos usem em «ocasiões oportunas», como a do comício de retornados, todo o vocabulário fascista que eles tão bem conhecem dos antigos tempos da ANP.

Mas o mais interessante nesta sessão da Assembleia, foi a actuação, de novo, dos retornados. Depois de encherem as galerias correspondendo ao grito de apelo de Galvão de Melo, os que ficaram no exterior provocaram alguns incidentes com a Polícia, logo acorrendo o sr. ex-general a acalmar os seus apaniguados. Claro que quem esteve na Assembleia foram os mesmos que já tinham estado no Coliseu, e que o mesmo é dizer, os amigos e a «tropa de choque» de Galvão. A uma intervenção do «chefe», da tribuna do palácio, acompanhado dos seus amigos centristas, logo tudo se resolveu.

Tudo, é como quem diz! Na verdade, os organizadores da «manifestação» deixaram a «promessa» de que iam passar à clandestinidade e que iriam enforcar algumas pessoas. Ou seja, ameaçaram com a criação de «esquadrões da morte» ao estilo brasileiro.

Muito elucidativo para quem pensa que o fascismo está ultrapassado ou que lainda vem longe!...

E O CONSELHO DA REVOLUÇÃO?

Entretanto, o Conselho da Revolução reagiu à escalada fascista de que Galvão de Melo tem sido o instrumento. Num comunicado por muitos considerado como violento (no sentido verbal, note-se), este órgão do poder político-militar insurge-se contra a forma como os fascistas pretendem pôr em causa o processo de descolonização, atacando militares que hoje fazem parte do Conselho da Revolução.

Claro que este comunicado se compreende por essa mesma razão, mas tem de se integrar pelo seu «tom» antifascista, na própria clivagem que o poder atravessa em torno do fascismo e do antifascismo. É um reflexo da luta que se desenrola como são as declarações recentes de Hugo dos Santos e de Vasco Lourenço.

A clarificação político-militar passará neste momento, necessariamente pela clarificação destas posições: Fascismo ou Antifascismo?

... Aos trabalhadores caberá a resposta decisiva, e caberá, sobretudo, transformar o antifascismo em luta contra o capitalismo.



Os retornados «manifestam-se» em S. Bento

essa massa, também ela na sua maioria explorada e oprimida por interesses que não eram os seus?

O COMÍCIO DO COLISEU

No comício organizado pela Inter-Organizações de Refugiados, estiveram presentes cerca de três milha-

o ambiente propício ao discurso de Galvão, os tópicos giraram sempre em torno dos mesmos «slogans», «pátria», «civilização cristã e ocidental», etc., e do ataque a tudo que não seja fascismo. O próprio elogio do sionismo chegou a ser feito, e, caso curioso, não foram feitas intervenções acerca dos problemas dos retornados,

ve na Assembleia, e, como já referimos, voltou a atacar a descolonização, o 25 de Abril e os militares que o fizeram. O discurso, comparado com o anterior no Coliseu, foi considerado por todos como «brandow», o que terá muito que ver com a estratégia política do CDS, isto é, no sentido de não prejudicar a imagem pública de cha-

AS PROVOCAÇÕES DO "COMÉRCIO DO PORTO"

Uma notícia publicada em «O Comércio do Porto» no seu número de sábado, 12 de Março, e intitulada «Actos de Guerrilha Urbana em Portugal? Dinamizadores: ex-capitão Fernandes e Isabel do Carmo (P.R.P.)», merece do P.R.P. as observações seguintes:

1 — Tal notícia não pode deixar de ser interpretada como parte integrante de toda uma campanha por parte das forças fascistas e fascizantes no sentido de preparar o clima propício ao desencadear de um golpe militar fascista do tipo chileno.

2 — Tal campanha procura, através da mentira, da calúnia e da provocação griseiras, preparar artificialmente as condições para o desencadear da repressão sobre as organizações revolucionárias, primeiro passo para o desencadear da repressão brutal e feroz sobre as classes trabalhadoras.

3 — A acusação, totalmente falsa e provocatória, de que o P.R.P. teria recebido armas, neste caso da parte do capitão Fernandes, visa, pois, colocar o P.R.P. na primeira linha das organizações revolucionárias a abater pelas forças fascistas e fascizantes infiltradas no poder.

4 — As referências a países estrangeiros contidas na notícia referida são a demonstração evidente da vastidão da manobra política, criando desta ignóbil forma falsas razões para caucionar a constante intromissão do imperialismo em Portugal, acarretando uma perda da independência nacional de que o Governo P.S. tem sido o principal obreiro.

5 — A notícia constitui, além disso, mais uma tentativa desesperada, por parte das forças fascistas, para desviar as atenções sobre a actividade bombista e golpista na qual aparecem envolvidas figuras militares e do grande capital com ligações a redes fascistas-terroristas internacionais.

6 — Ao noticiar «imminente o desencadear em Portugal de actos de guerrilha urbana, que incluirão raptos e destruições violentas de pessoas e bens», o «Comércio do Porto» mais não faz do que tentar justificar antecipadamente tais actividades por parte de forças fascistas. A propósito, o P.R.P. chama a atenção para o facto de tal notícia surgir logo após um destacado dirigente retomado reaccionário do bando Galvão de Melo ter expressamente declarado tais intenções...

7 — Pelas razões acima apontadas, e não podendo ficar-se no simples protesto público, o P.R.P. anuncia publicamente que irá proceder judicialmente contra «O Comércio do Porto», mau grado a justiça burguesa não oferecer outras garantias que não sejam a passividade e a complacência cúmplices e próprias à sua natureza, aliás comprovadas em inúmeros e variados casos recentes.

8 — Entretanto, o P.R.P. chama a atenção do povo trabalhador para as responsabilidades que recaem sobre o Governo P.S. cujo pretensão pluralismo tem dado cobertura às constantes notícias e comentários de cariz fascista, baseadas na mentira e na calúnia mais ostensivas, e que «ornamentam» grande parte dos órgãos da Comunicação Social. Neste caso, não admira que «O Comércio do Porto» uma vez mais se distinga, ele que tem servido de porta-voz às mais retintas figuras fascistas, de que Alpoim Galvão e Spínola são exemplos vivos.

A Direcção do P.R.P.

Bancários — Lista D: uma derrota que é uma vitória

Imediatamente após as eleições para o Sindicato dos Bancários o «Revolução» entrevistou três elementos da lista D «que se apresentou como uma alternativa unitária, enquanto as outras se apresentam comandadas do exterior por partidos», segundo os próprios afirmaram, no sentido de se analisarem os resultados das eleições e o seu significado e quais as perspectivas de acção para as forças de esquerda.

Dada a extensão da entrevista é-nos impossível publicá-la neste número do jornal como prevíamos, pelo que o faremos no próximo «Revolução»

FASCISTAS AO ATAQUE

Na noite de 3 de Março, durante a pintura de um mural de apoio ao «Revolução» que estava a ser executado na estrada da Malveira (Cascais) por alguns camaradas, aproximou-se um carro BMW 2002 onde seguiram três indivíduos da «alta sociedade de Cascais» que depois de lerem em voz alta o mural começaram a provocar os camaradas presentes.

Um dos camaradas adiantou-se na direcção do carro, ao que, acto contínuo e imediato, o condutor do veículo disparou na sua direcção, tendo o projectil recocheteado a alguns centímetros do camarada, seguindo-se depois intimidações tais como: «agora vou acertar-te na cabeça, para veres se é verdadeira», «não, vou acertar-te primeiro nas pernas para começares a falar», sempre com a arma apontada.

De referir que, segundo o camarada pôde verificar, a arma utilizada encontrava-se antecipadamente armada (com a bala na câmara), pronta portanto a disparar, pelo que se conclui ser intenção dos indivíduos atirar contra

os camaradas, mesmo que não se tivesse adiantado um deles, pois não é normal (é até perigoso) andar com uma arma pronta a disparar.

No momento em que as intimidações estavam quase a passar aos factos, aparece, ao fundo da estrada, o carro patrulha da PSP, ao que se puseram em fuga, novamente com outras palavras e apntando sempre a aram: «agora vão fazer queixa que logo vêm o futuro que têm».

Feita a participação aos agentes, até porque haviam ouvido a detonação, estes seguiram no seu encalce, sem que lhes fosse possível a sua interceptação.

Passados três ou quatro minutos voltaram novamente, rodando a alta velocidade, galgando o passeio onde se encontravam dois camaradas no intuito de os atropelar, o que só falhou porque os mesmos se lançaram em «voo» para o meio da estrada, passando então o carro por cima do material que ficou destruído na quase totalidade.

BOMBAS A Direita Terrorista movimentada-se

A explosão de bombas tem sido uma contante do dia-a-dia lisboeta. O facto de, perante provas que vêm a lume, se tornar cada vez mais claro aos olhos de toda a gente a natureza política dos bombistas, tem deixado progressivamente embaraçada a Imprensa reaccionária que histericamente atribua estas actividades à esquerda.

Mas ao mesmo tempo que essa clarificação se dá, vai-se notando uma certa habituação da população a este tipo de «argumentos». Se, por um lado, isso representa que os trabalhadores não se deixam levar por reacções emotivas que neles pretendem fazer despontar e aproveitar, por outro, essa «habituação» faz parte dos planos dos bombistas para preparar a população para o sistema de violência institucionalizada que têm na forja.

Os últimos rebentamentos, sejam os que se deram em postos de comando automático do trânsito, perto de reservas de combustível ou de transformadores de energia eléctrica, ou os que aparentemente apenas assustaram as pessoas, visam fazer crescer nas massas um sentimento de insegurança que as leve a aceitar um Governo «forte»; poderão servir também, para, conluídos com instâncias do poder, montar uma monstruosa provocação à esquerda.

São, acima de tudo, manifestações de uma direita terrorista que exige o regresso ao fascismo mais cedo do que o planeado por outra direita tão terrorista como ela, mas mais «civilizada»; para isso conta com a complicitades a nível do poder, é diariamente enriquecida com a libertação em catadupa de «pides» e fascistas e é animada pela acção do Governo que continua cedendo à direita «para lhe tirar argumentos».



dos trabalhadores

G.N.R. REPRIME TRABAL

BOMBARATO - CACÉM

200 HOMENS DA GNR, CACETES, VISEIRAS E ESCUDOS PARA DESALOJAR 5 TRABALHADORES

Em 7/3/77, numa operação gigantesca que envolve o corte de acessos rodoviários ao Cacém, uma força da GNR desaloja do seu local de trabalho 4 mulheres e um homem que lá permaneciam. Camelinha Pereira, na Assembleia da República, declara: «é impossível de compreender, é impossível de aceitar, que no nosso país, depois do 25 de Abril, se recorra a uma força repressiva brutal para desalojar 5 trabalhadores, no momento em que pides e bombistas estão em liberdade e reivindicam impunemente a realização de atentados terroristas».

Para se compreender esta atitude do Governo, é necessário conhecermos o processo de luta desencadeado pelos trabalhadores do supermercado «Bombarato», há 22 meses.

16 MESES DE AUTO GESTÃO

Em 30/5/75 os trabalhadores da cadeia de supermercados «Bombarato» com estabelecimentos no Cacém, Mem Martins, Queluz, Linda-a-Velha e Estrada da Luz, entram em auto-gestão, depois de ter sido provado, através duma sindicância tripartida à Empresa, «a má administração da gerência, contestada pelo técnico da Entidade Patronal, que, perante os comentários à situação económico-financeira da empresa, acabou por concordar. Toma-se necessário a cedência de financiamento, por um lado, e, por outro, a nomeação de uma Comissão Administrativa que oriente os trabalhadores e assuma a Gerência da Empresa» (do relatório da comissão designada para a auditoria). Durante o tempo de auto-gestão os trabalhadores pagam várias dívidas contraídas pela entidade patronal, cumprem integralmente o estipulado no CCT no tocante a vencimentos, férias e subsídios e repõem completamente a economia da firma. Digamos que criaram as condições para uma investida da entidade patronal.

PRIMEIRA INVESTIDA DOS PATRÕES ASSALTO A UM ESTABELECIMENTO

Em 13 de Setembro de 1976 os patrões, acompanhados de 30 pessoas estranhas à empresa, assaltam o estabelecimento de Mem Martins e sequestram o encarregado da loja. Os trabalhadores vão ao Ministério do

Trabalho e este organismo impõe-lhes a restituição da empresa aos patrões, mediante a assinatura de uma acta em que a entidade patronal se compromete a garantir os postos de trabalho, a não exercer qualquer acção de represália sobre os trabalhadores, e a não encerrar qualquer estabelecimento. Ficou também assente em acta que a entidade patronal faria uma peritagem às contas deixadas pelos trabalhadores. Perante esta situação os trabalhadores acedem ao regresso dos patrões, confiantes do cumprimento por parte destes dos compromissos assumidos.

SEGUNDA INVESTIDA DA ENTIDADE PATRONAL — DESPEDITOS EM MASSA

Servindo-se de um «truque» bancário, a entidade patronal (um dos patrões é advogado) suspende o encarregado da loja de Benfica e, logo a seguir, os outros encarregados das restantes cinco estabelecimentos que com ele se solidarizaram, mantendo-os suspensos durante 3 meses e, em 29 de Dezembro foi-lhes comunicada a sua demissão, não lhes tendo sido pago o vencimento desse mês, nem o 13.º mês. O encarregado que substituiria aquele que foi despedido da loja do Cacém não é aceite pelos trabalhadores deste estabelecimento, o que lhes vale a instauração de um «processo» ilegal que culmina com o despedimento de TODOS os trabalhadores da loja.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DO BOMBARATO

A título de exemplo de manifestações de solidariedade para com os trabalhadores do «Bombarato» transcrevemos um comunicado assinado por um grupo de moradores de Queluz.

«Um grupo de moradores de Queluz ao tomar conhecimento dos acontecimentos passados no «Bombarato» e que se inserem num conjunto de medidas adoptadas por um Governo dito socialista (...) estão altamente preocupados por verificarem que esta e outras empresas que os patrões sabotaram e abandonaram estão a ser entregues de mão beijada aos patrões reacçãoários e exploradores que têm tentado que tudo volte ao tempo do fascismo.

Nesta altura em que os bombistas se dão ao luxo de fazer ultimatos ao Presidente da República, em que

os «pides» são elogiados nos tribunais e são postos em liberdade, vemos agentes da G.N.R. reprimir trabalhadores, vemos o número de desempregados aumentar assustadoramente e tudo no caminho para o regresso ao passado, alertamos todos os trabalhadores e revolucionários para que se unam à luta destes trabalhadores para que Portugal não venha a ser o Chile da Europa.

Os trabalhadores unidos e organizados vencerão
A luta continua

Um grupo de moradores de Queluz



A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

A primeira reacção dos trabalhadores é, não aceitando esta flagrante injustiça, manterem-se a trabalhar: organizam-se em piquetes, asseguram a permanência durante 24 horas no estabelecimento e encetam diligência junto do Ministério do Trabalho e Sindicato para que lhes seja feita justiça e anulados os despedimentos. O Ministério do Trabalho tenta a conciliação, que não é conseguida, e declara-se impotente para resolver o assunto, não tomando posição favorável aos trabalhadores, o que favorece, naturalmente, a entidade patronal; o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio (Carta Aberta, Direcção PS) faz sair um comunicado em que apoia as formas de luta adoptadas pelos trabalhadores, por considerar os despedimentos ilegais, uma vez que não foram cumpridos, no mínimo, os preceitos legais para a instrução dos processos. E esta situação de ambiguidade mantém-se até ao dia 7 do corrente, altura em que se dá a brutal desocupação.

Em comício permanente, elaborando e distribuindo comunicados, promovendo conferências de imprensa, fazendo circular abaixo-assinados dirigidos ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Conselho da Revolução, promovendo plenários com a população, estes trabalhadores procuram alertar a opinião pública para a flagrante situação de ilegalidade de que são vítimas, no que têm recebido um apoio extraordinário da população do Cacém, que se mantém permanentemente junto ao estabelecimento encerrado, lado a lado com os trabalhadores do supermercado que, por seu lado, fazem funcionar diariamente uma venda ambulante no passeio da loja.

Entretanto uma força de 4 soldados da GNR, armados de G3, permanecem também junto ao estabelecimento, no interior do qual apodreça a carne, o peixe, o fiambre, os frangos e os coelhos, uma vez que os frigoríficos estão desligados. Ainda na passada sexta-feira a entidade patronal retira do estabelecimento, com a ajuda da



HADORES E OCUPANTES

CALÇADA DA RINCHOA

DUAS TENTATIVAS DE DESOCUPAÇÃO FALHADAS

Em 15 de Julho de 1975, com o auxílio da Comissão de Moradores, um casal com 2 filhos ocupa uma vivenda no n.º 13 da Calçada da Rinchoa devoluta há 4 anos; logo a seguir um outro casal instala-se no rés-do-chão da mesma vivenda: são ao todo 10 pessoas das quais 2 mulheres e 5 crianças, 2 das quais doentes.

Em 7.2.77 é ensaiada a primeira acção de despejo: 15 soldados da GNR, fortemente armados, são os executores de uma ordem dimanada da Câmara Municipal de Sintra. Uma forte concentração popular e um atestado médico comprovando a doença das crianças, evitam, temporariamente, o despejo. Um mês depois, é tentada nova acção de despejo que também não se viria a concretizar pela ausência de um dos médicos peritos legalmente necessários. A qualquer momento estas famílias pode ser desalojadas.

O «Revolução» foi à Vivenda Cruz onde pôde contactar um dos casais ocupantes, Mário e Teresa Correia, procurando inteirar-se mais profundamente do problema. Eis as suas declarações:



«Antes da ocupação vivíamos numa subcave muito húmida. O colchão onde dormíamos tinha que ser posto diariamente ao sol. Mudámos para um apartamento pequeno, no mesmo prédio, onde pagávamos uma renda de 2500\$00. Era muito apertado, e tornava-se muito difícil pagar a renda, uma vez que os nossos rendimentos se limitavam ao ordenado do Mário que era de 4500\$00. Entretanto, com o avanço do processo reaccionário, o Mário veio a ser despedido, no abrigo da nova lei dos despedimentos: 5 faltas injustificadas e... rual Desco-

brimos então esta casa abandonada, e fizemos contactos no sentido de ver em que situação se encontrava, tendo verificado que estava abandonada há 4 anos e que o senhorio (o empreiteiro Teófilo Cruz) não estava disposto a alugá-la, mas sim a vendê-la. Fizemos a comunicação à CM e esta decidiu-se pela ocupação da casa.

Feitas várias tentativas para legalizar a ocupação, não foi possível estipular uma renda, uma vez que o senhorio não estava disposto a alugar a casa.

É assim que é tentado, por 2 vezes,

o despejo, mas ambas as tentativas foram goradas pelo facto de haver 2 crianças muito doentes.

No entanto, estamos sujeitos a ser despejados de um momento para o outro.

O que é engraçado é ser o Governo que nós elegemos (pois votámos PS) a desalojar-nos. É evidente que nós não votámos no PS para depois este Partido nos vir pôr na rua. E anda Mário Soares lá por fora a dizer que isto aqui vai muito bem, que é só democracia, que não há despejos mas sim «restituição de posse».

No entanto, o processo revolucionário não acabou; andam a desesperar-nos de tal maneira, que agente só tem 2 soluções: ou começa a roubar, e se formos apanhados levamos um castigo cem vezes maior do que aquele que (não) é dado a qualquer Pide, ou então nos unimos, organizamos e derrotamos esses bandidos, rebotando-os a todos. Nós já fizemos a nossa opção: não somos ladrões; somos trabalhadores explorados e é a essa que nos juntamos para acabar com esta cambada. E é para já! Senão comerm-nos a todos; nem que a gente morra, temos que ir para a frente».



A população da Rinchoa resiste à tentativa de desocupação executada pela GNR por ordem da Câmara Municipal de Sintra

GNR, cerca de 100 contos de carne estragada.

AS RAZÕES DA BRUTAL INVESTIDA

Tentemos agora perceber os motivos que levam o Governo a fazer deslocar tão importante força policial para desalojar 5 trabalhadores indefesos. Não é por acaso, pensamos nós, que a operação se desenrola de surpresa, às 7 da manhã com o local completamente cercado. Senão vejamos:

1. Os trabalhadores do supermercado não sofrem influência de qualquer organização política, sendo quase todos votantes do PS, e nem sequer têm qualquer estrutura organizativa autónoma. As suas atitudes são expon-

tâneas e não representam mais do que uma reacção lógica perante as arbitrariedades que sobre eles se abatem.

2. O Ministério do Trabalho não toma qualquer posição sobre o assunto, o que obriga a entidade patronal a procurar uma outra entidade (neste caso o Ministério da Administração Interna), entidade à qual os trabalhadores não têm acesso, o que permite as manobras no sentido de convencer os responsáveis por este Ministério que se trata de «perigosos esquerdistas» que «têm a população do lado deles» e que, provavelmente «estão armados» e aliados, decerto, a forças políticas que com eles «permanecem no estabelecimento». É evidente que nada disto é verdade (como ficou provado com a intervenção policial), mas

só com argumentos destes se justifica, quanto a nós, a desusada intervenção, tanto mais que o comandante das forças da GNR que procederam à desocupação declara que vêm preparados para «responderem a uma possível resistência que os trabalhadores, que ocupavam o supermercado, pudessem oferecer». Nós perguntamos: que resistência poderiam oferecer 5 trabalhadores, es a uma força de 200 homens armados?

QUE ALTERNATIVA TEM OS TRABALHADORES DO BOMBARATO?

Pensamos nós que, perante a realidade que é imposta pela presença de

4 soldados da GNR armados de G3, aos trabalhadores não se oferecem grandes alternativas que não sejam aquelas que desde já assumiram: um alerta poderoso e constante de toda a opinião pública para a sua situação e aguardar que uma forte movimentação em torno do seu problema acabe por dar frutos, levando o Governo a reconsiderar o problema e a ser obrigado a ceder perante a realidade dos factos, que são por demais evidentes. Esta luta serve também para que os trabalhadores do «Bombarato» adquiram muito maior consciência de classe e engrossem as fileiras daqueles que, compreendendo pela dura prática as manobras demagógicas dos partidos eleitoralistas, se unem e organizam para fazer a Revolução Socialista.

dos trabalhadores

POR TODO O PAÍS CONTINUA A LUTA PELO CCT

CONSTRUÇÃO CIVIL

Desde há mais de 20 meses que os trabalhadores da Construção Civil vêm lutando pela publicação do novo Contrato Colectivo de Trabalho.

Esta luta que provocou uma paralisação do sector com uma concentração em S.Bento na altura do 6.º Governo Provisório foi então interrompida devido à promessa do 1.º-Ministro, feita sob pressão dos trabalhadores, de que seria publicada uma nova tabela salarial.

Desde então as negociações têm continuado mas nem o C.C.T. nem a tabela salarial chegaram a ser publicados.

No dia 14 de Fevereiro deste ano a Comissão Negociadora deu como prazo o fim desse mês para que fosse decidida uma data limite para a publicação do Contrato Colectivo. Como não se chegou a acordo quanto a essa data os trabalhadores do sector paralisaram durante quatro horas no passado dia 3 de Março.

Esta paralisação que primeiramente foi considerada «manobra política» pelo ministro da Habitação, conseguiu, no entanto, fazer com que fosse aprovada pelo Conselho de Ministros a tabela reivindicativa dos trabalhadores e que fosse prometida uma nova data — dia 8 de Março, para a publicação da tabela salarial no Boletim do Ministério do Trabalho.



No entanto, o dia 8 passou e a tabela não foi publicada, tendo os trabalhadores, pelo contrário, assistido a um elevado número de manobras por parte do Governo que pretende agora publicar uma tabela salarial que não corresponde à apresentada pelo sindicato e anteriormente aprovada pelo Conselho de Ministros.

Depois da reunião em que os membros do Governo deram a conhecer à Comissão Negociadora esta posição, o sindicato decidiu realizar plenários por todo o País, com vista a ser discutida a situação criada pelo Governo e a serem aprovadas possíveis novas formas de luta.

Na tabela salarial que o Governo pretende publicar, um dos pontos que cria maior conflito com o sindicato é o referente ao leque salarial, que é aqui de 1 para 2 contra 1 para 2,1 na propos-

ta do sindicato.

Para além da tabela salarial continua ainda por negociar a retroactividade do contrato.

Aos trabalhadores da Construção Civil fica, portanto, a necessidade de continuar a luta até obrigar o patronato e o Governo a publicar o novo C.C.T. que, nomeadamente, actualizará os salários o que já não acontece desde 1974.

ELECTRICISTAS

Na continuação da luta pela negociação do C.C.T., os trabalhadores do sector de Material Eléctrico, decidiram no passado sábado, num plenário realizado na Carris, recusarem-se a fazer horas extraordinárias até que o patronato decida reiniciar as negociações.

Foi ainda decidido nesse plenário que a proposta sobre as tabelas salariais, assim como todos os pontos ainda não acordados descerão às fábricas a fim de serem discutidos pelos trabalhadores e aprovadas as formas de luta a adoptar para a sua obtenção.

PANIFICAÇÃO

Os trabalhadores da Panificação do distrito de Lisboa reunidos em plenário repudiaram o teor da portaria recentemente publicada pelo Governo.

Esta portaria, por que os trabalhadores lutam há largos meses, nada concede do que por eles era pretendido, nomeadamente quanto ao aumento de salários, que na portaria é de 1000\$00 para cada categoria, enquanto o sindicato preconizava um aumento de 2000\$00.

Para além desta questão, a portaria permite ainda aos patrões a elaboração dos horários de trabalho, assim como lhes dá o direito de despedir os trabalhadores que se recusem a aceitá-los.

É assim dada possibilidade legal aos patrões de continuarem a impedir os trabalhadores de praticar os horários de trabalho diurno que faziam parte da legislação até agora em vigor.

GRÁFICOS

Os trabalhadores gráficos decidiram dar como prazo ao patronato para reiniciar as negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho Vertical o próximo dia 16 deste mês.

Entretanto, começaram-se já a realizar plenários por todo o País para decidir quais as formas de luta a adoptar caso não se consiga até essa data retomar as negociações.

VIDREIROS DO NORTE

Os vidreiros do Norte decidiram suspender a paralisação iniciada na passada sexta-feira e discutir e aprovar novas formas de luta a adoptar.

Tabaqueira POR UMA COMISSÃO DE TRABALHADORES REVOLUCIONÁRIA

... A célula do PRP na Tabaqueira distribuiu um comunicado aos trabalhadores da fábrica onde começa por analisar a actual caminhada do Governo PS como moço de fretes do imperialismo e da direita fascista, nomeadamente no que diz respeito à desvalorização do escudo, medida imposta pelo imperialismo e que apenas beneficiará toda a casta de parasitas. É esta casta de parasitas, a burguesia, que está interessada em voltar ao fascismo, no que é apoiada pelas medidas governamentais e pelo saneamento dos oficiais e sargentos antifascistas do seio das Forças Armadas. O Governo PS presta assim um dos últimos e grandes serviços à reacção, numa altura em que se prepara para correr com o próprio Governo PS, agora que este já fez o que tinha a fazer.

Depois da caracterização da situação política o comunicado avança na análise dos actuais problemas que se levantam na fábrica:

Também na fábrica da Tabaqueira a recuperação se faz sentir. As medidas ultimamente tomadas pelo Conselho de Gerência, como a «qualificação de funções», a afixação dos painéis de produção (que não é mais do que uma maneira de promover a concorrência produtiva entre os trabalhadores), as mudanças de chefes e a proposta de alargamento do leque de categorias, são exemplo disso.

Aliás, a «qualificação de funções» não passa de um aumento de salários muito acima da média de ordenados das outras empresas.

Os vencimentos acima da média existem por se tratar de uma empresa determinante ao nível económico, logo um grande suporte do Governo, pelo que se impõe «domesticar» os trabalhadores para que não haja problemas reivindicativos no sector dos tabacos, desmobilizando os trabalhadores para a necessidade de se solidarizarem com camaradas em luta noutras fábricas por melhores salários.

Devido à grande contestação gerada à volta da Qualificação de funções apareceu a solução de pôr os aumentos à disposição de quem os quiser, o que leva os trabalhadores a dividirem-se, acabando uns por os ir receber e os outros a terem que seguir o exemplo, enquanto o Conselho de Gerência remete para o fundo da gaveta as inúmeras reclamações feitas.

Se os trabalhadores tivessem uma

comissão de Trabalhadores e uma direcção sindical que fossem representativas e estivessem ligados aos seus problemas, já as medidas tomadas não iriam para a frente.

Estes órgãos autónomos centralizariam estes problemas, propondo e mobilizando os trabalhadores para formas de luta.

Dai a necessidade urgente de uma CT e de órgãos sindicais autenticamente representativos, órgãos estes que não podem ser constituídos através de referendos (como se pretende), mas sim a partir de eleições por secções não por pertencem ao partido A ou B, mas porque são aqueles que lhes merecem maior confiança na defesa dos seus interesses. É preciso acabar de vez com as divisões partidárias e que os trabalhadores saibam tomar conta dos próprios destinos não permitindo as manobras partidárias.

A célula do PRP na Tabaqueira apela a todos os militantes de vanguarda, trabalhadores da Tabaqueira, para que se constituam em grupo de trabalho com vista à dinamização da CT, garantindo assim a sua autonomia em relação a qualquer força partidária.

EM FRENTE PELA ORGANIZAÇÃO
AUTÓNOMA
EM FRENTE PELA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Os trabalhadores vidreiros de todo o País encontram-se em luta pelo C.C.T. desde Novembro do passado ano e esta paralisação foi decidida quando a associação representativa do patronato do Norte não compareceu a uma reunião marcada para a passada quinta-feira em S.Pedro de Muel.

A paralisação então realizada contou com a adesão de 85 por cento dos cerca de 1000 trabalhadores deste sector no Norte.

AGÊNCIAS DE VIAGENS

Os trabalhadores das Agências de Viagens paralisaram de novo na pas-

sada sexta-feira, como forma de pressionar o recomeço das negociações para a extensão do Contrato Colectivo de Trabalho às empresas privadas.

Os trabalhadores paralisarão de novo nas próximas terça e quarta-feira caso as negociações não avancem.

Entretanto, e contrariamente ao que antes tinha sido aprovado não serão difundidos telexes junto das agências noticiosas estrangeiras dando a conhecer a luta destes trabalhadores, mas a greve progressiva durante a quadra da Páscoa realizar-se-á na mesma caso, até lá, não se chegue a acordo.

A LUTA DOS CTT CONTRA O NOVO HORÁRIO DE TRABALHO

Num momento como este em que o Governo se vende ao Imperialismo e cede ao avanço da direita, permitindo tomar medidas antipopulares que mais não são do que um ataque às organizações autónomas dos trabalhadores e às conquistas que estes alcançaram, está em causa a capacidade que os trabalhadores e revolucionários têm para encontrar plataformas orgânicas capazes de levarem à unidade e para dar alternativas às lutas que se desenvolvem.

O Governo está disposto a reprimir para alcançar os seus objectivos.

Os trabalhadores sabem que em primeiro lugar o Governo jogará taticamente com formas subitas para os conseguir enganar e lançar a confusão ao seu seio, antes de passar à repressão, para não desmascarar a sua capa de «democrata e socialista».

É assim que vemos a falta de referência à luta dos CTT, e das poucas informações que surgem algumas são deturpadoras da verdade. A maior parte da Imprensa não está interessada em publicar as lutas que os trabalhadores desenvolvem, preferindo calar a voz dos trabalhadores e demonstrar um estado de desmobilização por parte do proletariado face ao ataque que lhe é disferido.

E assim que vemos o Governo e a administração tomarem medidas para que os trabalhadores dos CTT vol-

tem a cumprir o antigo horário e não as 40 horas semanais que eles alcançaram depois do 25 de Abril. O público e o comércio em nada beneficiam desta lei que, pelo contrário, traz grandes prejuízos económicos ao País.

Com esta medida pretendem uma justificação para que os trabalhadores do comércio voltem também a cumprir mais horas de trabalho. Porque não haveria razão para que o comércio não trabalhe sábado à tarde uma vez que os CTT o fizessem.

Perante este tipo de actuações põe-se aos trabalhadores a seguinte questão: ceder a estas medidas ou lutar contra elas até às últimas consequências?

Perante o avanço descarado dos fascistas para destruírem tudo o que os trabalhadores alcançaram, é necessário às organizações revolucionárias e aos trabalhadores lutarem pelas conquistas já alcançadas, lutarem pelos seus direitos e arranjarem plataformas de unidade, forma de interajuda, de apoio e divulgação das suas lutas, pois os sectores de trabalho são diferentes mas o objectivo é só um: a sociedade socialista.

Nota: — No próximo número do «Revolução» será feita pela célula dos CTT uma análise mais detalhada sobre a luta que travam neste momento.

ENTREVISTA COM O PIQUETE DOS CTT NO TERREIRO DO PAÇO

Trab — Isto é uma luta por causa das 40 horas, os trabalhadores puseram isto em prática no dia 3 de Janeiro de 1976; e agora a administração e o Governo voltaram a querer que os trabalhadores dos C.T.T. comesçassem a trabalhar mais do que as 40 horas e os trabalhadores não estão dispostos a isso. Não vergam. E estão dispostos a levar até às suas últimas consequências esta única vitória que alcançaram depois do 25 de Abril.

Rev — Em vez de sobrecarregar estes trabalhadores não haverá a possibilidade de abrir novos postos de trabalho. Se é que isso trouxesse vantagens para o público?

TRAB — Está provado que o público não beneficia nada em abrir as estações ao sábado. Sobretudo porque agora tem de pagar uma sobretaxa.

REV — Qual tem sido a adesão a nível nacional?

TRAB — Cerca de 93 por cento e aqui é de 100 por cento. Estiveram

algumas estações abertas onde só se encontram o chefe da estação e a mulher. Na povoia do Varzim a mulher do chefe da estação estava doente e foram-na buscar a casa.

Rev — Porque é que não é vantajoso para o público a abertura ao sábado?

Trab — Nós já não trabalhamos ao sábado à cerca de um ano e o público já se apercebeu na prática que não há vantagem nenhuma. Aliás mesmo que abrissemos as estações ao sábado o serviço não seguia. Pois fica retido aqui, só sai no domingo à noite e a distribuição só é feita na segunda-feira.

Trab — Só o público da massa é que utiliza os serviços do correio ao sábado. Nem sequer os bancos o fazem. Só alguns sectores capitalistas é que poderiam utilizar os nossos serviços. A maioria do povo, os trabalhadores, esses não trabalham ao sába-

METALÚRGICA ALBA (ALBERGARIA-A-VELHA)

ENTREVISTA COM UM CAMARADA DA COMISSÃO SINDICAL

A Alba, dentro da metalomecânica nacional, é uma fundição de produção pesada, e por isso mesmo de mercado fixo, o que origina que o patronato não tenha sentido qualquer crise económica, pois vive na generalidade do mercado interno, e sem grande concorrência no género.

Sem grandes dificuldades económicas, (que é o que vale a má administração a que esta sujeita), e apesar dos grandes lucros, (pois se os ordenados sobem 10 por cento o patrão sobe 20 por cento o produto sem ser afectada a procura) o patrão reacionariamente, recusa o pagamento pela tabela II de Junho de 75.

R — Sabemos das dificuldades que os trabalhadores têm tido, e queríamos que historiasses o que tem sido a luta.

Trab — Começou com grandes dificuldades, devido ao poder que o patrão exercia sobre os trabalhadores, pois a média dos trabalhadores têm mais de 30 anos de trabalho na fábrica. E economicamente influenciava através de esmolas, que eram produto do nosso trabalho, como painelas e tachos.

Era tal a miséria, que o patrão passava por deus.

Albergaria foi sempre campo de lutas entre as duas principais famílias monopolistas. Uma era representante do feudalismo, pois dominava as terras, o poder civil e jurídico, e até tinha deputados na antiga assembleia fascista, para já não falar dos brasões. A outra, veio fazer em parte a mudança para o capitalismo, e portanto, roubar um pouco a influência e o poder à outra o que originou que se degladiassem por estes atos fora. A Alba era única fábrica na zona de Albergaria até há pouco tempo (pois como o dono da fábrica, que até era comendador, dominava a Câmara, nunca permitiu a instalação de outras empresas, para assim terem mão de obra barata. Isto fez com que a consciência das pessoas fosse alienada mitologicamente pelo patrão.

As minhas dificuldades, assentam em tudo isto. Fui ganhando a confiança dos trabalhadores, através de uma prática correcta, em que sofri várias vezes derrotas amargas, caso da proposta da comissão de trabalhadores que graças às manobras do patronato e dos laçaios que o rodeiam não foi aceite.

R — Mas tu foste eleito delegado sindical pela quase totalidade dos que realmente trabalham, apesar da influência que atrás dizes existir.

Trab — Como já disse, através duma prática correcta e firme, e o esclarecimento, quando ele era possível, dos trabalhadores que demorou e, por outro, pelo agudizar das contradições entre patrões e operários. Casos concretos da entrada em vigor da portaria (PRT) que permitiu a que os trabalhadores, ainda que duma forma recuada, pusessem em causa o poder influenciado a que estavam sujeitos, dando origem a um princípio de consciência de classe. Essa consciência permitiu a realização de 3 plenários, o que nunca tinha acontecido, a formação da comissão sindical, o que considero uma vitória dos trabalhadores, comissão essa que não pode ser considera-

da ainda o ideal, pois não corresponde ao que a luta exige neste momento.

R — Que pensas sobre a situação actual e quais as perspectivas futuras?

Trab — Apesar dos fabulosos lucros que isto deu e dá, não existe nesta empresa reserva de capital, e está estruturada em moldes capitalista atrasados. A média de idades, é alta devido à fuga de operários novos. A idade dos meios de produção, é grande por falta de investimento. O sistema de trabalho é antigo, portanto dispendioso, e a imprudutividade é grande pois há muita gente aqui que não faz nada, e são os que ganham tudo. Há até o caso dum funcionário que o ordenado base são 9.000\$00 e tem meses de tirar 50 contos e mais, e sem produzir! E não vejo capacidade empresarial, para uma sociedade capitalista moderna.

R — Portanto, no teu entender, mesmo num sistema capitalista esta empresa tem poucas possibilidades de progredir. Mas o que pensas do futuro das lutas?

Trab — A nível sindical, lutamos contra a falta de apoio da direcção do sindicato dos metalúrgicos do distrito de Aveiro, aderente à famigerada carta aberta, à qual os trabalhadores já deram a merecida resposta, no referendo anti-democrático realizado por essa pseudo direcção, que aqui tiveram 204 votos contra e 49 a favor.

Quanto ao trabalho político, continuam a ser grandes as dificuldades no entanto há uma radicalização de posições, ainda que assentes em bases reivindicativas, que, penso eu, está a permitir a transformação da luta reivindicativa em política.

Está em vistas a realização dum plenário para discussão da posição da entidade patronal, pois a posição do patrão é o adiamento do cumprimento da tabela que quase todas as empresas já pagam há mais de um ano, não atendendo às exigências dos trabalhadores, para fazer face ao aumento constante do custo de vida.

Penso que de futuro a posição dos operários vai sendo mais firme, conforme a evolução do processo.

Até aqui estava sózinho agora já tenho mais camaradas que dinamizam. Conforme a luta de classes se vai agudizando, vai acabando a minha do patronato. A nossa luta é a mesma de milhares de trabalhadores que semtem a miséria na carne. Isto só terminará numa sociedade onde o poder seja formado por nós, única maneira de controlar-mos o que produzimos. Apelo aqui para que acabemos com os parasitas que nos roubam.

dos trabalhadores

ACORDO COLECTIVO DA MARCONI

7 MESES DE NEGOCIAÇÕES

Os trabalhadores da Marconi, depois de 7 meses de negociações do seu ACT durante os quais foram tentadas várias formas de negociação para chegar a um acordo com a administração da empresa sobre as cláusulas em litígio, resolveram encetar processos de luta.

Os 7 meses de negociação caracterizaram-se por vários impasses cuja responsabilidade cabe, por um lado, à Administração pela sua incapacidade de resposta por estar sujeita às ordens governamentais, e, por outro, às divergências na Comissão Negociadora composta por delegados de 3 sindicatos — Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações (maioritário), Sindicato dos Engenheiros e Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

Durante todo este tempo foi tentado resolver o conflito numa forma legal. Na última fase, a de conciliação, o Ministério do Trabalho, não conseguindo ultrapassar o diferendo, resolveu pura e simplesmente lavar as mãos do assunto e empurrar as negociações para o Ministério dos Transportes e Comunicações que, como entidade patronal que é, não está interessado em ceder às reivindicações dos trabalhadores.

REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES — CLÁUSULAS EM LITÍGIO
Horários de Trabalho

Os horários praticados actualmente na empresa foram postos em prática pelos trabalhadores em Setembro de 1975 e são de 35 horas semanais (horários de turnos) 37,5 horas (horários de escritório) e 40 horas semanais (outros serviços).

Estes horários, que foram uma conquista revolucionária dos trabalhadores, estão neste momento ameaçados, na medida em que a Administração quer que no ACT fique acordado a

sua sujeição ao decreto que regulamentará o horário de trabalho a nível nacional.

Esta medida não é aceite por grande parte dos trabalhadores que sabem que ela, tal como outros decretos emanados do governo, não lhes é favorável e não estão dispostos a perder regalias já adquiridas.

Transferências de Local de Trabalho

A Marconi é uma empresa de Telecomunicações que está dispersa por vários pontos do País (Continente e Ilhas), além de ter contratos com os governos das ex-colónias na exploração das telecomunicações. Assim, os trabalhadores pretendem que as transferências sejam feitas com o seu acordo prévio e não arbitrariamente como a Administração propõe (quando não houvesse voluntários recorria à imposição, salvaguardando deste modo a sua posição no cumprimento dos contratos).

Muitos trabalhadores estão conscientes e apoiam a cooperação com os novos países africanos, o que não podem, no entanto, permitir que fiquem sujeitos às arbitrariedades dos interesses do patronato.

Cálculo de Extraordinários e Serviço Nocturno

A Marconi é uma empresa de laboração contínua pelo que os trabalhadores de exploração fazem serviço diurno e nocturno rotativamente. O trabalho nocturno e os feriados têm, como é natural, uma remuneração percentual para cobrir a dureza e características destes horários. No entanto, desde a data da execução dos novos horários os trabalhadores têm estado a ser roubados, já que o cálculo dessas horas não é feito na base real do seu horário efectivo, mas sim num cálculo de 42 horas semanais.

A Administração não aceita os horários em vigor, mas, pretendendo dar um rebaixado aos trabalhadores, aceitará que o cálculo seja feito na base de 40 horas semanais.

Tabela Salarial

O problema salarial é aquele que os trabalhadores sentem mais na carne, dado o aumento vertiginoso do custo de vida.

A reivindicação salarial dos trabalhadores é de 1.200\$00 mensais, excepto no caso dos cargos de chefia e engenheiros em que seria calculado na base do leque salarial de 1/3,59 por cento o que quer dizer que o vencimento mais alto teria um aumento à roda 4.300\$00. Esta medida não sendo de maneira alguma justa foi, contudo, devido à situação específica da empresa, a melhor solução que os trabalhadores encontraram para resolver o contencioso com as chefias e engenheiros.

A proposta da administração é de 800\$00 para os trabalhadores não aceitando também a proposta das chefias e engenheiros, argumentando que o sector está em crise, que não sabe qual será o rendimento que a empresa vai dar, que há grandes investimentos a fazer, etc, etc.

No entanto para os trabalhadores o aumento do custo de vida é bem real e não levanta qualquer dúvida.

O aumento exigido pelos trabalhadores não chega a 12 por cento enquanto que o custo de vida aumentou

no ano de 76 de cerca de 23 por cento.

O PROCESSO DE LUTA

Foi pelo cumprimento destas reivindicações que se desenvolveu um processo de luta que desembocou numa paralisação de 3 horas no dia 28 de Fevereiro com discussão nos sectores de novos métodos de luta a adoptar.

Nesse mesmo dia à noite realizou-se um plenário em que as propostas vindas dos sectores foram discutidas. No entanto desta reunião não saiu nenhuma decisão concreta a não ser que a luta continuava, mas que era necessário que os trabalhadores discutissem a questão mais em pormenor e que através dessa discussão se tentasse uma maior mobilização dos trabalhadores. Foi decidido ainda continuar o plenário passados oito dias, onde então foi aprovado que no dia 9/3 se faria outra paralisação de 4 horas nos mesmos termos da anterior.

Devido, por um lado, ao pouco esclarecimento que os trabalhadores tiveram durante os 7 meses de negociação e à sua desmobilização e por outro, a todas as ameaças que foram feitas pela Administração, ao processo de contra-informação, assim como à sanção de corte de vencimento das horas de paralisação aos trabalhadores que o fizessem, os trabalhadores acabaram por ceder, aprovando no último plenário que as cláusulas em litígio seguissem para a fase de arbitragem.

DESERTORES E REFRACTÁRIOS

Continuação de pag. 11

mente, mais de 100.000, ou seja, cerca de 10 por cento da emigração portuguesa na Europa.

A partir do 31 de Março próximo, e na ausência da verdadeira amnistia que exigimos, os desertores e refractários do exército colonial verão a sua situação regulamentada exactamente do mesmo modo e pelas mesmas leis em vigor antes do 25 de Abril de 1974, ou seja, pelo Código de Justiça Militar Fascista. A prisão, como antes do 25 de Abril, é a recepção que nos espera em Portugal.

Por nos recusarmos a participar nos massacres dos povos irmão das colónias e para fugir às masmorras do fascismo fomos obrigados a emigrar. Aqui na Bélgica, por sermos perseguidos na nossa Pátria, pela nossa justa atitude face à política colonial, vimos-nos obrigados a pedir o Refúgio Político. A partir de 31 de Março, o Portugal que se diz democrático, e a esse título pretende entrar no Mercado Comum, obriga os anticolonialistas desertores e refractários, exactamente, pelas mesmas razões do tempo de Salazar e Caetano, a pedir oficialmente, perante as Nações Unidas (ONU) que lhes seja reconhecido de novo o estatuto de refugiados políticos.

A repressão de que somos alvo em Portugal, não se pode desligar da ascensão da direita reacçãoária, da

recuperação capitalista, da libertação dos bombistas e criminosos da PIDE, nem dos ataques de que são vítimas os militares progressistas, ou do facto de antifascistas como RUI GOMES estarem presos à 18 meses sem culpa formada.

A repressão de que somos alvo em Portugal não é um caso isolado, é apenas um dos aspectos dos constantes atentados de que são objecto as conquistas democráticas do Povo português, após o 25 de Abril.

Nós os desertores e refractários da guerra colonial assassina, que ocupámos a embaixada na passada quarta-feira 9, terminamos dizendo:

Que ao actual Governo português, porque constituído por homens que se dizem socialistas e porque tem entre os seus ministros quatro homens que tal como nós, são desertores ou refractários do exército colonial, cabe a responsabilidade histórica de levar o Conselho da Revolução a resolver a nossa situação de forma definitiva, reconhecendo publicamente, a justiça da nossa atitude e possibilitando-nos, sem qualquer tipo de sanções, a nossa integração na comunidade nacional.

ABAIXO OS DECRETOS REACCIÓNÁRIOS!
ABAIXO A TAXA MILITAR EXPLORADORA!
TAXA IGUAL PARA TODOS!
PELA ABOLIÇÃO DO RDM FASCISTA!
A LUTA CONTINUA!

ENTREVISTA CTT (cont.)

Continuação de pag. 9

... E as pessoas escrevem muito pouco. Paga-se sobretaxa, paga-se última hora; tudo isso tem de se pagar. Por exemplo no sector das encomendas se o serviço for ensacado só segue na segunda-feira de manhã com o serviço de segunda-feira. Qual a vantagem que há para o público? Nenhuma. Isto evidentemente só dá prejuízo à própria empresa.

Trab — O povo já está a sofrer a crise do Governo através das medidas antipopulares e antioperárias que o Governo toma. E os trabalhadores dos C.T.T. ao trabalharem ao sábado ainda vão agravar mais a situação económica do País. Dá prejuízo porque antes de pôr em prática a semana das 40 horas, quando os trabalhadores trabalhavam ao sábado, davam um prejuízo de cerca de 100 mil contos anuais, hoje que vão pagar os sábados em horas extraordinárias virá a dar um prejuízo muito superior. Estas medidas não são tendentes a economizar mas sim a agravar a situação económica. Portanto isto é um atentado às

conquistas dos trabalhadores.

Trab — Isto é um plano conjugado da burguesia no seu conjunto, um ataque ao movimento operário, trata-se de uma questão política. Não é por acaso. Está dentro do plano de relançamento da economia nacional e é uma jogada dos centros da contra-revolução. Tudo isto está montado. Tanto joga a administração dos C.T.T. por um lado, como joga o Governo por outro. A administração tem determinada cor política, assim como o Governo tem outra, mas, afinal de contas, estão os dois de acordo nesta questão. Se tivessem encontrado terreno mais fértil nos C.T.T. talvez começassem a atacar os outros trabalhadores. Já começaram com os trabalhadores do comércio agora somos nós e há-de chegar a vez a outros. Tiveram azar pois os trabalhadores dos C.T.T. não vergam. E a seguir a esta medida virão outras medidas. Nós agora estamos a negociar o acordo e, se vergarmos nesta questão concreta, lá irá o resto do acordo ao ar! Ficaremos sem acordo e não só, será uma derrota para o proletariado.

RFA — DA "LIBERDADE", "DEMOCRACIA" E "PLURALISMO" À REPRESSÃO FASCISTA

Recebemos de camaradas revolucionários alemães o relato da repressão a que se encontram sujeitos camaradas seus nas prisões da «democrática» República Federal, com o pedido de máxima divulgação e solidariedade internacionalista para com a sua luta.

Em Maio de 1975 deu-se na cidade de Colónia um tiroteio entre a polícia e três militantes revolucionários. Um polícia foi morto, outro ferido. O revolucionário Philip Werner Sauber foi morto, o camarada Roth, médico e escritor político, foi ferido por uma bala no abdómen e outra nos pulmões, ficando em perigo de vida; Roland Otto, procurado pela polícia e que vivia tal como Sauber, na clandestinidade, foi preso.

Até agora não se sabe quem iniciou o tiroteio; mas, segundo averiguações da polícia judiciária, confirma-se que Roth e Otto não dispararam.

Contudo ambos são condenados pela justiça e pelos meios de comunicação social como «assassinos e terroristas».

Há 2 anos que ambos se encontram presos em sistema de isolamento em calabouços especiais, onde são torturados física e psicologicamente; porém a sua identidade política não foi quebrada e enfrentam corajosamente os seus acusadores, pois a prisão de morte lenta da burguesia não pôde até hoje eliminar aqueles que personificam a resistência de classe.

Roth não recebe, ou recebe insuficiente assistência médica. A sua saúde está destruída. As sessões de julgamento têm sido constantemente interrompidas e adiadas para que o preso possa assistir. Para isso utilizam meios de diminuição das dores.

Roth esteve por várias vezes em perigo de vida devido a falsos diagnósticos e falta de assistência dos médicos da prisão que actuam como esbirros da burguesia reinante e da sua justiça.

Danos perpétuos e incuráveis e a perda de 30 quilos de peso tornaram-no entretanto um inválido; contudo é sempre brutalmente amarrado e transportado de helicóptero para todas as sessões em Colónia, escoltado por uma força da polícia ferozmente armada.

Meses após a sua prisão, com uma demora considerável, foi submetido a uma operação ao abdómen. Estando ainda sob influência dos narcóticos no serviço de reanimação, funcionários da polícia fizeram tentativas de interrogatórios, armados de pistolas metralhadoras. O Ministério Público pô-lo perante a alternativa de se submeter ao interrogatório ou arriscar a sua vida.

Os advogados de defesa e os seus escritórios são revistados, por vezes é-lhes proibido o exercício da profissão e são excluídos dos processos, enquanto o público nas sessões judiciais é vigiado e fotocópias dos seus documentos de identificação são enviadas para instâncias superiores (1).

Na Alemanha Federal, nos cárceres da Justiça burguesa encontram-se mais de 300 presos revolucionários. Holger Meins, Ulrike Meinhof, Katharina Hammerschmidt foram as primeiras vítimas mortais da justiça reaccionária e dos seus métodos lacaios. (2)

O governo da RFA classifica os prisioneiros de criminosos que constituem um perigo público. Os Partidos Comunistas tradicionais e ortodoxos recusam qualquer solidariedade porque os presos não se identificam com a sua linha política reformista. Roth é o autor do livro «O Outro movimento operário». O seu raio de acção foram os «ghetos» dos trabalhadores emi-

grantes, das camadas mais baixas da população, desempregados, desertores e pessoas em situação ilegal, nos quais ele reconheceu o seu potencial revolucionário.

Fora da sua actividade como cirurgião num hospital trabalhou gratuitamente em bairros operários e iniciou a criação de Centros de Enfermagem Populares.

Roland Otto, acusado ao mesmo tempo que Roth e Philip Werner Sauber, que foi morto, foram camaradas na luta contra a exploração dum grande reserva de trabalhadores emigrantes pelo capital monopolista da RFA. A sua existência política começou há anos na luta contra o imperialismo «yankee» e o colonialismo, cuja base é a RFA e a sua burguesia.

Os revolucionários presos no país sucessor do fascismo de Hitler estão sujeitos à morte lenta em fortins de aço para eles propriamente construídos e copiados dos antigos campos de concentração.

NOTAS:

(1) Na R A existe uma lei que proíbe o exercício da profissão aos funcionários públicos de esquerda (ou mesmo apenas progressistas). Assim já foram despedidos professores que a polícia reconheceu através de filmes em manifestações que se realizaram há 5 anos contra a guerra do Vietnam. Outros foram despedidos porque participaram em manifestações contra o aumento das tarifas ou contra as centrais nucleares. Há também casos flagrantes como o de um funcionário público que foi despedido por assobiar a «Internacional» ou de uma professora que foi para a rua



porque o seu marido pertencia a uma organização de esquerda. Tudo isto em nome da Democracia, liberdade e pluralismo.

(2) Holger Meins morreu na prisão em consequência dum greve de fome em que exigia o fim do isolamento.

No dia da morte de Ulrike Meinhof, o seu cadáver desapareceu rapidamente e apenas os médicos da prisão fizeram a autópsia. Depois declararam que ela se tinha enforcado com uma toalha nas grades da janela da prisão. Mas o advogado de defesa sabia que nunca se entregava uma toalha a um preso e que não havia nenhuma janela com gradeamento no calabouço de Ulrike Meinhof.

DESERTORES E REFRACTÁRIOS OCUPAM EMBAIXADA EM BRUXELAS

De um camarada, desertor da guerra colonial, residente na Bélgica, recebemos a carta que a seguir transcrevemos e o panfleto distribuído pelo grupo de desertores e refractários que ocuparam há dias a embaixada de Portugal na Blgica, explicando as razões da sua luta.

Uma delegação do grupo de desertores e refractários abordou o ministro Medeiros Ferreira no sentido de lhes expor a razão da ocupação e de ouvir o seu parecer sobre o problema dos desertores da guerra colonial, ainda não amniçados.

Sua Excelência muito chocado: «Ah! Foram vocês que ocuparam a Embaixada? Isso é muito feio. Olhe que vocês podem ir parar à prisão», e outras baboseiras do género. Não é preciso lembrar que o mesmo ministro é também desertor da guerra colonial.

Quanto aos doze jornalistas que

acompanhavam a comitiva só foi possível vê-los de longe; estavam demasiado ocupados com outros problemas; iam-se desculpendo: «a gente já fala, a gente já vai ver isso». Isto passou-se no local onde Mário Soares deu a Conferência de Imprensa após as demarques de Bruxelas.

De facto pouco mais nos resta que continuar por aqui exibindo o nosso título de Glória de desertores da guerra colonial e pedir de novo refúgio.

Como diz o velho ditado chinês «Não são os que melhor falam os que têm mais coisas a dizer» é por isso pois que há ainda muita gente que não se fez ouvir.

OCUPAMOS A EMBAIXADA! PORQUÊ?

A Frente de luta contra a taxa militar levou a efeito na passada quarta-feira, 9, a ocupação da Embaixada de Portugal, na Bélgica. Escolhemos esta forma de acção porque:

Desde sexta-feira, 11, que o primeiro-ministro Mário Soares, está em Bruxelas para tratar de questões relativas ao Mercado Comum. Nesta ocasião levámos a efeito a ocupação, depois de esgotadas todas as possibilidades normais de exprimir as nossas reivindicações e em face do silêncio persistente das autoridades portuguesas.

Efectuámos a ocupação para rom-

per o silêncio que envolve a actual situação dos desertores e refractários, e denunciar, perante a opinião pública nacional e internacional as sanções de que somos alvo, enquanto antifascistas e anticolonialistas, no Portugal que se pretende democrático, socialista e anticolonialista.

Ocupámos a embaixada, algumas dezenas, mas durante os treze anos de guerra colonial, fomos mais de 150.000 aqueles que recusaram servir o exército colonial fascista. Não somos um pequeno grupo, somos actual-

Continua na pág. 10

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

O 11 DE MARÇO Dois anos depois

As 11,55 de terça-feira, 11 de Março de 1975, 2 aviões da Força Aérea Portuguesa apoiados por quatro helicópteros faziam fogo sobre o então RAL-1, ao mesmo tempo que dois aviões «Nord Atlas» transportavam duas companhias de paraquedistas e mais uma força de 40 homens para os apoiar no cerco à unidade, na altura um dos centros revolucionários da Região Militar de Lisboa.

Foi assim que a direita fascista tentou declaradamente pela segunda vez em Portugal implantar um regime que lhe conviesse, onde tivesse os seus interesses defendidos, e onde pudesse novamente reprimir os trabalhadores nas suas lutas, na sua caminhada para a tomada do Poder.

Não foi por acaso que à cabeça dessa tentativa apareceram nomes de Spínola, Freire Damião, Alpoim Galvão, Neto Portugal, Galvão de Melo, Sanches Osório e outros que os trabalhadores deste país já conheciam pelas suas posições reacçãoárias e por um 28 de Setembro, ainda na mente de todos.

O golpe falhou. Os soldados do RAL-1 resistiram ao ataque e os trabalhadores souberam mais uma vez impôr-se e saíram à rua, aglomeraram-se no Quartel do Camo onde alguns oficiais de direita tinham preso o Comando, enfim os trabalhadores portugueses mostraram que estavam bem atentos aos acontecimentos político-militares, organizaram concentrações nos locais nevralgicos, manifestações em que eram feitas exigências de carácter político, provando assim estarem decididos a não perder as conquistas alcançadas e a obterem consecutivamente mais vitórias.

DECISÕES DO M.F.A.

A Assembleia do M.F.A. que reuniu durante a noite de 11 para 12 de Março tomou nessa altura decisões históricas que mais não vinham do que acompanhar o evoluir dos acontecimentos:

— Institucionalização imediata do M.F.A., com base num Conselho da Revolução «órgão executivo, e ao qual competirá a direcção da Revolu-

ção»

— Apoio ao Primeiro-Ministro para proceder a remodelação ministerial.

O Conselho da Revolução tomaria depois duas posições de grande importância para o processo português — a nacionalização da Banca e dos Seguros.

DOIS ANOS VOLUÍDOS

O golpe foi tentado e falhou; mas a direita fascista, militar e civil, durante estes dois anos foi aprendendo, e actua conforme os ensinamentos que colheu.

Alguns dos responsáveis do golpe que fugiram na altura do país regressaram já impunemente, outros, presos aquando dos acontecimentos, foram já soltos.

O julgamento do 11 de Março ainda não foi feito.

A Assembleia do M.F.A. foi extinta. O Conselho da Revolução foi remodelado a seguir ao 25 de Novembro e dele saíram os elementos mais combativos. Os militares revolucionários foram afastados dos seus postos e aguardam em grande número julga-



O funeral do soldado Luis vítima das forças fascistas

mento, à sombra de um processo que tem a sua perda chave no «Relatório das Sevícias».

A própria Nacionalização da Banca está seriamente ameaçada pelas exigências do imperialismo e do capitalismo português.

Dois anos após o 11 de Março a questão põe-se de novo e de forma cada vez mais clara para largas camadas de trabalhadores e de mili-

tares anti-fascistas: A burguesia precisa de desfechar um golpe de força sobre os trabalhadores e os revolucionários para de novo impôr o seu poder e sobre a repressão dos trabalhadores reconstruir a sua economia; perigo que só será definitivamente eliminado com a unidade, organização e avanço dos trabalhadores no sentido da tomada do Poder.



Alegria dos soldados depois da derrota do golpe

EDITORIAL

O Imperialismo e os seus representantes em Portugal encontram-se neste momento perante a seguinte escolha: ou prolongar o Governo PS remodelando-o, ou constituir desde já um governo de coligação PS/PSD/CDS, que possa ser um governo de dependência directa do Presidente da República.

Perante esta escolha, o Imperialismo não vai evidentemente atirar a moeda ao ar para ver se dá «caras ou coroas»... Mas vai analisar as possibilidades e as garantias dos dois tipos de solução para uma fase imediata. De qualquer modo, a solução a encontrar para o Imperialismo é aquela que lhe garanta um avanço na escalada repressiva.

A verdade é que o actual Governo por mais que seja, como tem sido, antioperário é um Governo que não garante um exercício efectivo da repressão.

Apesar da existência dum corpo de Polícia de Choque ter sido caucionada por decreto governamental, a verdade é que tem sido patente que o Governo PS não tem dado provas suficientes de dureza nos casos de confronto com as lutas dos trabalhadores — têxteis, pescadores, correios, construção civil.

E como a crise económica se agrava e o aumento do custo de vida atinge já um grau insuportável, o curso natural das coisas é as lutas aumentarem todos os dias. Não serão os governos mais à direita que se fommem que resolverão a crise económica nem o aumento do custo de vida, bem pelo contrário; mas serão esses governos a tentar uma efectiva recuperação capitalista por via duma repressão que garanta um alto grau de exploração e desse modo a acumulação de capital que permita o investimento capitalista noutros termos do que os actuais.

De qualquer modo, ou com Governo PS remodelado ou com coligação de direita, essa fase esperamos, como primeiro passo na escalada para o fascismo. E embora a direita se tenha redobrado em apoios ao Governo PS nas duas últimas semanas em consequência das medidas económicas por ele tomadas, a verdade é que o acolhimento da Europa Capitalista e dos EUA aos pedidos de Mário Soares tem sido um canto de defuntos, por mais que a imprensa estatizada tente mostrar o contrário.

No entanto o Imperialismo tem aqui que se haver com fortes contradições interiores ao Poder, as quais se reflectem não só no Conselho da Revolução, como no seio dos quartéis. E aí é que joga a verdade da força.

Essas contradições terão decerto a sua expressão máxima de momento nas comemorações do 25 de Abril, que uns querem grande jornada antifascista, que outros querem comemorar hierarquicamente do alto do palanque e que outros gostariam simplesmente de banir da História... Mas a verdade é que o 25 de Abril não pode ser apoderado por aqueles que nele não participaram. O 25 de Abril nem foi uma Revolução, como muitos quiseram fazer crer nem foi (por aquilo que arrastou) um simples golpe de Estado para substituição da facção da burguesia no poder. A queda do fascismo arrastou aqui uma tumultuosa transformação social e política, a qual se veio a reflectir nos próprios autores do 25 de Abril. Por isso essa data e as comemorações têm de conter essa transformação. Não pode ser usurpada nem comemorada por aqueles que ainda hoje melhor representariam o regime deposto que qualquer outra coisa. E a alternativa a essa usurpação que a direita quer fazer para mistificar tem de ser a alternativa da unidade dos trabalhadores, que são eles próprios a garantia da transformação do 25 de Abril num projecto revolucionário. Essa Unidade dos trabalhadores para as comemorações do 25 de Abril não se pode fazer através de cúpulas, mas terá de vir da base.

Comemorar o 25 de Abril como jornada antifascista e como projecto revolucionário é um bom motivo para a larga unidade daqueles que têm tudo a ganhar com a derrota do fascismo e com a revolução — os trabalhadores. É por isso de recusar toda a usurpação que os fascistas pretendem fazer. É de apoiar aqueles que ainda dentro do Poder querem fazer dessa data uma jornada de massas antifascistas. É de aproveitar esse motivo para organizar aquilo que é uma das chaves da solução do processo revolucionário — a Unidade Revolucionária.